

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

QUESTÕES



Prof. Raphael Spyere

PARTE 4

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



Raphael
Spyere
Concursos Públicos





Resolução de questões – FGV:

- Serviços Públicos;
- Processo Administrativo.

B 59. (FGV/TCE PE/2025) O Estado de Pernambuco publicou edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo de concessão de serviço público. Interessada em participar do referido processo licitatório, a sociedade empresária *Emprega Mais*, por meio dos seus representantes legais, buscou maiores informações sobre os regramentos aplicáveis à futura avença. Nesse cenário, considerando as disposições da [Lei nº 8.987/1995], avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

✓ V) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade. Art 25.

✓ V) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente. Art 26.

F) A outorga de subconcessão será facultativamente precedida de [concorrência] obrigatoriamente.

concessão - concorrência
Art 2, II e III - ou
- diálogo

As afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – V.

☒ B) V – V – F.

C) F – V – F.

D) V – F – V.

E) F – F – V.

Decreto — 30 dias — P. Adm. (180 dias)
Arts. 32 — 34.

60. (FGV/TCE PE/2025) João, **Prefeito** do Município Alfa, buscou informações junto a assessores diretos sobre a possibilidade de intervenção na concessão do serviço público de saneamento básico. Em assim sendo, o agente político foi informado de que o poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

F A intervenção far-se-á por lei autorizativa específica, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida. § 1º, Art 6º

V Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa. devido Art 32

V Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização. § 1º, Art 33.

As afirmativas são, respectivamente,

~~A) V – V – V.~~

~~B) V – V – F.~~

C) F – V – F.

~~D) V – F – V.~~

E) F – V – V.

61. (FGV/DPE RO/2025) O governo de um determinado estado firmou um contrato de concessão com uma empresa privada para a prestação de um serviço essencial voltado ao atendimento da população carente. No entanto, após vários anos de execução, a concessionária começou a descumprir cláusulas contratuais, comprometendo a continuidade e a qualidade do serviço prestado. Diante dessa situação, o poder concedente decidiu extinguir a concessão. Esse tipo de extinção é denominado:

~~A) advento do termo contratual.~~

> FIM DO PRAZO DE DURAÇÃO.

~~B) encampação.~~

> ART 37, L. 8987/95

[LEI]

[INDENIZAÇÃO PRÉVIA]

~~C) anulação.~~

~~D) rescisão.~~

> [ART 39] D. J. T.

E) caducidade.

> ART 38, L. 8987/95.

{ DECRETO

INDENIZAÇÃO (APURAÇÃO)

OBS.: [ART 36] ~ [Bma] investimento
RIVUSIVIA [MÃO]

{ [DEPRECIADO]
[AMORTIZADO] } manutenção

62. (FGV/DPE RO/2025) A Defensoria Pública do Estado Alfa foi procurada por um assistido, o qual relatou a má qualidade do serviço local de gás canalizado, o que vinha causando sérios embaraços na rotina de sua família. Com o objetivo de verificar as medidas a serem adotadas, o Defensor Público com atribuição decidiu identificar o ente federativo responsável pela prestação do referido serviço, tendo concluído corretamente que é

A) o Estado.

~~B) o Município.~~

~~C) a União, sendo vedada a prestação indireta.~~

~~D) a União, sendo permitida a prestação indireta.~~

~~E) o Município, caso tenham recebido delegação da União.~~

CONCESSÃO /
PERMISSÃO /
AUTORIZAÇÃO

CF, art 25, § 2º ESTADO

> ART 30

ART 21, III e X

ART 21, XI e XII

concessão especial = aporte / contrapartida [PARCEIRO PÚBLICO]

63. (FGV/TRT 24/2025) Parceria Público-Privada (PPP) é um tipo de contrato firmado entre o setor público (governo) e o setor privado, com o objetivo de viabilizar a realização de obras ou a prestação de serviços públicos. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada

- Art. 2º, § 4º - R\$ 10.000.000,00

~~A)~~ cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00.

~~B)~~ cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 50.000.000,00.

~~C)~~ que tenha como objeto único a execução de obra pública.

~~D)~~ cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 anos.

~~E)~~ cujo período de prestação do serviço seja inferior a 20 anos.

* concessão especial

PARCELIADA
* TARIFA

ADMINISTRATIVA

} 5 < PPP < 35 ANOS.
ART. 5º, I

64. (FGV/TRT 24/2025) A Lei nº 8987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabelecendo que a delegação desses serviços, feita pelo poder concedente, deve se dar mediante licitação. Assinale a opção que indica as modalidades de licitação aplicáveis nessa condição.

- A) pregão, somente.
- B) concorrência, somente.
- C) diálogo competitivo, somente.
- D) pregão ou diálogo competitivo.
- E) concorrência ou diálogo competitivo.

→ * concessão [concorrência
I e III, Art 2º ou diálogo competitivo

* permissão - licitação
IV, Art 2º

— LANC / PERN / autor.

65. (FGV/DPE RO/2025) É exemplo de serviço público indelegável, que deve ser prestado diretamente pelo Estado, sem possibilidade de delegação à iniciativa privada para sua execução:

A) Defesa Nacional.

B) Telecomunicações.

C) Energia elétrica.

D) Saneamento básico.

E) Transporte Público.

> III, Art 24, CF. = União.

L. 9784/99.

66. (FGV/ENAM/2025) O princípio da motivação dos atos administrativos é um dos pilares do Direito Administrativo, garantindo a imparcialidade e a racionalidade das decisões, além de facilitar o controle e fortalecer a legitimidade dos atos administrativos. Sobre a motivação dos atos administrativos, avalie as afirmativas a seguir.

ART 50

I. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções. II

II. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, não podendo se basear em fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores para compor o ato.

Teoria dos Motivos Determinantes.

§ 1º - FALTA DE REFERÊNCIA

III. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, já que tais meios prejudicam o direito dos interessados. § 2º

STJ. Súmula 674: per relationem P.A.D.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.**
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

67. (FGV/PC MG/2025) A respeito do processo administrativo, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

A) A prorrogação do processo administrativo disciplinar enseja a sua nulidade, sendo ínsito o prejuízo consequente dessa prorrogação. Sumula 592 - STJ.

B) O prazo decadencial do Art. 54 da Lei nº 9.784/1999 não se aplica quando o ato a ser anulado afrontar diretamente a Constituição Federal. [MS 26.860/DF] x ~~conhecimento público~~

C) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos quando estes forem ilegais, independentemente da observância do princípio do contraditório. RE 594.296

D) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento, da legalidade e do mérito do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Sumula 665 - STJ

E) A declaração de ilicitude das provas pelo Poder Judiciário, no âmbito do processo judicial, não impede que as mesmas provas sejam valoradas ou aproveitadas em processos administrativos de qualquer espécie, com base no princípio da independência das instâncias judicial e administrativa. RE 1316369 - STF

C 68. (FGV/MinC/2024) João ingressou com um processo administrativo junto à administração pública em âmbito federal. Contudo, após a tramitação regular do feito, a autoridade administrativa proferiu decisão desfavorável aos seus interesses. Em assim sendo, João pretende interpor recurso na esfera administrativa, com base em razões de legalidade e de mérito. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir:

F I. O recurso de João será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de trinta dias, o encaminhará à autoridade superior. *§ 1º, Art 56*

F II. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa. *Art 57* *X* *3*

V III. Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução. *§ 2º, Art 56.*

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- ☒ C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, apenas.

69. (FGV/MinC/2024) João, após assumir um cargo público no âmbito do Poder Executivo Federal, passou a atuar em diversos processos administrativos por força de delegação de competência. Desta forma, preocupado com o volume de trabalho assumido, João resolveu analisar os regramentos que delimitam, nos termos da Lei nº 9.784/1999, a delegação de competência. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que a(s)

Art 13: CE NO RA

- A) matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à edição de atos de caráter normativo e à decisão de recursos administrativos.
- B) decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à edição de atos de caráter normativo.
- C) edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à decisão de recursos administrativos e às matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- D) matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade e a edição de atos de caráter normativo não podem ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à decisão de recursos administrativos.
- E) edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação.

Block 8 e 9.

70. (FGV/ EBSEH /2024) No exercício de suas atribuições, Durvalina precisa apreciar diversos processos administrativos, há muito represados no órgão em que atua, os quais versam sobre a validade de atos administrativos. Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

Arts. 53 - 55.

- ☒ A Administração tem o prazo de dez anos para revogar os atos administrativos eivados de nulidade insanável e o mesmo prazo para convalidar os vícios sanáveis.
- ☒ Não há prazo para a Administração exercer o direito de anular os atos eivados de vícios insanáveis, aplicando-se o prazo de cinco anos apenas para os defeitos sanáveis.
- ☒ Na análise da validade de atos que gerem efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial de cinco anos deve ser contado do primeiro pagamento.
- ☒ Os atos que apresentam vícios insanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração a qualquer tempo, ainda que importem em prejuízos a terceiros.
- ☒ No caso de o ato não apresentar vícios, ainda será possível à Administração promover a sua anulação em decorrência de motivo de conveniência e oportunidade a qualquer tempo.

§ 1º, art. 54.

art. 55.

Revogação



Raphael
Spyere
Concursos Públicos



CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

QUESTÕES



Prof. Raphael Spyere

PARTE 4